

A “BOA IMAGEM” DO RIO DE JANEIRO E O MERCADO POPULAR DA URUGUAIANA

RIO DE JANEIRO’S “GOOD PRINT” VERSUS URUGUAIANA’S POPULAR MARKET

*Gustavo Lupetti Baptista**

Cite este artigo: BAPTISTA, Gustavo Lupetti. A “boa imagem” do Rio de Janeiro e o Mercado Popular da Uruguaiana. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2 , p. 95-113, 31 de Dezembro. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 31 Dezembro 2013.

Resumo: As recentes “conquistas” do Rio de Janeiro vêm colocando a Cidade em destaque na cena internacional. A expectativa criada em torno dos “grandes eventos internacionais” (principalmente Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016) impõe uma agenda que articula um sem-número de instituições. A necessidade de produção do que se convencionou chamar “boa imagem” influencia diretamente o cotidiano da população. Diversas políticas públicas e ações governamentais são perpetradas com base nesse paradigma, causando profundos impactos em alguns espaços. Nesse sentido, pretendo apresentar alguns relatos e reflexões oriundos da minha experiência de campo vivida no Mercado Popular da Uruguaiana (Camelódromo), situado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, ocasião em que presenciei a maior incursão policial já realizada naquele espaço até então.

Palavras-chave: mercados informais, comércio ilícito, pirataria, mídias, trabalho informal.

Abstract: Recent Rio de Janeiro’s achievements turned the city in an international spotlight. The expectation related to the “major international sports events” (specially the 2014 FIFA World Cup and Rio 2016 Olympic Games) imposed an agenda that articulates a countless number of institutions. The requirement to produce a good print of the city directly influences population’s daily life. Different public policies and governmental actions have been perpetrated based on this pattern and they have been generating profound impacts in some areas. So, I intend to present some accounts and thoughts which come from my fieldwork experience taken inside Uruguaiana’s popular market (called Camelódromo), located in Rio de Janeiro’s downtown, where I observed the biggest police operation ever conducted at that space.

Keywords: informal markets, illicit trade, piracy, media, informal work.

Introdução

No ano de 2011, a operação policial (denominada “Illegal Nunca Mais”) deflagrada no Mercado Popular da Uruguaiana (ou Camelódromo), com o suposto objetivo de combate ao comércio de mercadorias “piratas”, pareceu sintomática. Se observados apenas o discurso da imprensa e a prática “espetacular” da polícia como base de análise, concluiríamos *a priori* que o Mercado abrigava, em sua maioria esmagadora, criminosos. Aparentemente, tínhamos um espaço cuja imagem se chocava com aquela almejada para a Cidade enquanto sede de “grandes eventos internacionais”. Pude, entretanto, perceber que a realidade observada era bem mais criativa, indo além do discurso governamental amplificado pela imprensa.

1. O campo

O Mercado Popular da Uruguaiana (MPU), situado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, foi criado em 1994. Regulamentado pela Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o espaço era subdividido em quatro quadras [1]: “A”, “B”, “C” e “D”. Sua entrada principal localizava-se na Rua Uruguaiana. Cada quadra possuía um tamanho diferente, existindo um variado número de boxes em cada uma delas. Havia, no total, 1.608 boxes no MPU, cada um tendo em média de 2 a 4 m². A área total ocupada pelo complexo era de aproximadamente 10.000 m².

A quadra “A” tinha início na Rua Uruguaiana ao lado da Igreja do Rosário e terminava na Rua Buenos Aires, fazendo divisa com a quadra “B”, que era também acessível pela Rua Uruguaiana e terminava na Rua Senhor dos Passos. A quadra “C” era um pouco maior que as duas primeiras. Situada entre a “B” e a “D”, ocupava o quarteirão delimitado pela Rua Uruguaiana, Rua Senhor dos Passos, Rua dos Andradas e Rua da Alfândega. A quadra “D”, a maior de todas, tinha seus limites na Rua da Alfândega, Rua Uruguaiana e Avenida Presidente Vargas. Vale ressaltar que na fronteira com o Camelódromo da Uruguaiana localizava-se um complexo de lojas, bares e restaurantes que compõem outro comércio popular – a Saara.

O MPU surgiu a partir de discursos do governo do Rio de Janeiro, visando promover uma “limpeza” e “propagar ordem” na área histórica do Centro da Cidade. O objetivo era fixar num só espaço os vendedores ambulantes que transitavam de modo pulverizado por aquela localidade.



Mapa do Camelódromo e disposição de suas quadras

Fonte: <http://www.mercadouruguaiiana.com.br>

2. Degeneração da imagem

O Camelódromo fora instalado precariamente em 1994 e, ao longo do tempo, fora se desenvolvendo a partir do trabalho das pessoas que o integravam. Não havia, inicialmente, sanitários públicos, segurança e energia elétrica. Os vendedores expunham seus produtos por meio de barracas que eram montadas no início do dia e desmontadas ao fim do mesmo dia de trabalho.



Foto antiga do Mercado Popular da Uruguaiana

Fonte: G1 Notícias

Aos poucos, a paisagem do camelódromo foi mudando. As antigas barracas foram se convertendo em boxes, a mobilização social interna resultou na formação de associações que disputam politicamente o controle do espaço. Serviços essenciais foram organizados desde então pelos ocupantes daquele espaço: serviços de limpeza, segurança e brigada de incêndio foram instalados. O Mercado Popular da Uruguaiana passou a ser uma importante referência do comércio popular na Cidade do Rio de Janeiro.



Boxes edificados no MPU

Fonte: Google imagens

No entanto, de lá prá cá, o que antes aparentava ser um espaço comercial, qualificado pelo atendimento às expectativas de consumo, principalmente, das camadas mais pobres da população, passou a ser apresentado no discurso oficial (autoridades e imprensa), de forma cada vez mais contundente, como um epicentro de criminalidade. Um ambiente que, de acordo com o discurso corrente da imprensa local, na melhor das hipóteses, deveria sob a égide de rigoroso controle ou, até mesmo, extinguir-se.

A estratégia de criminalizar para justificar intervenções e, quem sabe, a total remoção do Mercado parece ser uma hipótese plausível para pensar a questão. Na reportagem publicada, em 26/01/2011, no Portal R7, intitulada *Investigações apontam que já são vendidos produtos com marca da Olimpíada*, Allan Turnowski (Chefe da Polícia Civil naquela ocasião da “batida”) comentou o seguinte: “Em outros países, essas máfias são mais lucrativas e até mais perigosas do que o tráfico de drogas. Queremos evitar que isso aconteça aqui até mesmo devido aos grandes eventos que teremos [2]”.

O comércio naquele Mercado vinha sendo, até então, considerado uma “prática tolerada”, isto é, um *ilegalismo* [3]. No momento da “Operação Ilegal Nunca Mais” inferi que esta tolerância poderia estar sofrendo uma conversão para uma situação mais repressiva por parte das autoridades públicas, tendo em conta a nova conjuntura que se instalara na Cidade. Os mercados populares poderiam estar migrando da condição de “tolerados” para “ilegais”.

3. Dados da operação “Ilegal Nunca Mais”

3.1 Duração

Quanto à duração, as ações ostensivas se iniciaram no dia 25/01/2011 (terça-feira à noite) e foram finalizadas em 01/02/2011 (terça-feira). No entanto, vale salientar que a operação vinha sendo conduzida há mais tempo. De acordo com informações da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, nos sete meses anteriores à ação ostensiva, policiais foram infiltrados no Mercado Popular da Uruguaiana.

3.2 Alguns personagens no contexto da operação “Illegal Nunca Mais”

A operação contou com cento e vinte policiais civis, quarenta fiscais da Receita Federal, quinze chaveiros para arrombamento de boxes e, ainda, diversas pessoas (que circulavam com camisa de cor vermelha) destacadas para carregarem os sacos com produtos apreendidos que eram colocados em caminhões estacionados na Avenida Presidente Vargas e na Rua Uruguaiana.

Por fim, além dos transeuntes que passavam por ali, havia os comerciantes, vendedores, funcionários e lideranças políticas do Mercado. Esporadicamente, apareciam alguns membros da imprensa em geral (repórteres, fotógrafos e cinegrafistas). Vejamos algumas imagens.



Policiais civis participando da operação “Illegal Nunca Mais”

Foto: Eduardo Naddar



Fiscais da Receita, chaveiros e policiais

Foto: Carolina Lauriano



Pessoas destacadas para transporte de materiais apreendidos até os caminhões

Foto: Luís Bulcão

3.3 Resultados oficiais divulgados após as ações.

Os resultados oficiais divulgados foram comemorados pelas autoridades. A ação “espetacular” foi apresentada como a maior já realizada no Brasil. Foram retiradas do Camelódromo da Uruguaiana catorze carretas com produtos apreendidos. Entre os produtos, destacavam-se principalmente tênis (cerca

de 4.000 pares) e roupas. Segundo estimativas, a apreensão representou a monta de quase R\$ 13 milhões, nas 150 toneladas em materiais retirados do MPU. O destino da mercadoria variou, segundo informantes.

De acordo com a delegada Valéria Aragão da DRCPIM, os produtos sem nota fiscal foram levados para um depósito da Receita Federal. Estes seriam doados ou leiloados. Já os produtos denominados pelas autoridades de “piratas” foram levados para o depósito da polícia civil.

Em matéria intitulada *Camelódromo da Uruguaiana voltou a funcionar nesta terça-feira* publicada, em 01/02/2011, no Jornal O Dia Online, um trecho da reportagem chama atenção, pois menciona o fato de que alguns ‘produtos de marca’ apreendidos foram levados para depósito das empresas supostamente prejudicadas: “Roupas e tênis de marcas foram levados para o depósito das empresas e a Justiça deverá decidir o destino dos produtos”.

Se assim ocorreu, seria interessante que as autoridades divulgassem quais os limites do poder de cautela delegados ao setor privado. Os números divulgados eram estimativas feitas em torno do que se via na operação. Não ficou claro até que ponto houve um rígido controle em relação ao destino dos bens apreendidos. Não fora explicitado quais os critérios utilizados para que as empresas privadas tivessem o poder de armazenar os produtos apreendidos.

Na correlação de forças, as práticas parecem sugerir uma forte hierarquização entre os interessados (de um lado os grupos de empresas “vitimadas” pela “pirataria”; do outro, os grupos que operam esse comércio categorizado como ilegal).

No dia seguinte ao fim da operação, muitos dos 1608 boxes existentes no Camelódromo estavam totalmente vazios, apesar de permitido o seu funcionamento. Algumas pessoas foram, no transcorrer da operação, detidas e indiciadas nos crimes de contrabando e descaminho.

4. Primeiras Impressões

A “batida” policial teve como foco principal a apreensão de “produtos piratas”. Por si só, a expressão “produto pirata” é complicada em termos de conceituação. Há muitas divergências quanto à definição de “produto pirata”. Naquela ocasião, as autoridades concentraram sua atenção nos materiais esportivos ali comercializados. Em outras operações passadas, o foco podia recair sobre outros produtos, tais como relógio, eletrônicos etc.

Em conversas informais com transeuntes que por ali passavam, no momento da “batida”, percebi que os discursos, em princípio, não seguiam uma única direção. Uns se mostravam a favor da operação “Ilegal Nunca Mais”, pois identificavam o Camelódromo da Uruguaiana como um “lugar sujo”, adotando a linha do discurso governamental.

Outros diziam que eram contra a operação, pois aquilo impediria o acesso de muitas pessoas a produtos impossíveis de serem consumidos pela via do comércio formal. Esta última visão remete direto a

indagação de Fernando Rabossi, em seu artigo intitulado *Preços, clientes e negociações nas ruas de Ciudad del Este, Paraguai*: “Que elementos entram na formação dos preços?”.

5. O dia a dia com as ações policiais em curso

A partir do dia 27/01/2010, pouco mais de um dia após a deflagração das ações policiais, interessado em descobrir um pouco mais o que ocorria naquele espaço, desembarquei na Estação Uruguaiana do Metrô e me dirigi à saída que me colocaria praticamente dentro do Mercado Popular da Uruguaiana. Qual não foi a minha surpresa, ao me deparar com panfletos espalhados por todo lado. Eis a íntegra do panfleto.

PIRATARIA!

NÃO SEJA CÚMPLICE DESSE CRIME!

Pesquisas demonstram que no Brasil metade da população consome produtos piratas, justificando essa opção pela imediata vantagem econômica. O preço é, portanto, o grande aliado da ilegalidade, pois mesmo sendo sinônimo de baixa qualidade e de falta de eficiência, durabilidade e garantia, determinados produtos falsificados têm ampla aceitação de considerável parte da população, que os adquire mesmo que colocem em risco a sua saúde e segurança.

A pirataria tem o seu lado mais perverso quando essa “indústria” clandestina falsifica medicamentos e bebidas alcoólicas, pois o seu consumo pode causar sérios danos ao organismo. Há ainda os óculos falsificados, que imitam marcas famosas mas que aumentam a probabilidade de catarata, e os brinquedos fabricados sem a observância das normas de segurança ditadas pelos órgãos fiscalizadores, representando um grave risco à saúde das crianças. Entre outros exemplos dos malefícios causados pelo consumo de artigos falsos encontram-se as lesões nas articulações e problemas irreversíveis na coluna causados pelo uso contínuo de tênis não autênticos. Como ensinam a experiência e a sabedoria popular, o barato sempre sai caro.

A pirataria alimenta ainda outras práticas criminosas, como o crime organizado, a lavagem de dinheiro, o contrabando, a evasão de divisas, a exploração do trabalho infantil, a sonegação fiscal, a concorrência desleal, a corrupção e a extorsão, sendo já considerada o crime do século XXI pela Interpol. Além de ser um crime, a pirataria contribui para a queda significativa da arrecadação de impostos e para a diminuição da oferta de empregos formais.

Pedimos a compreensão e a conscientização da opinião pública para a idéia de que a pirataria é ilegal e que sua prática provoca prejuízos e um elevado custo social para o nosso país. A luta contra a produção e a comercialização de produtos falsificados só será vencida se contar com a adesão de toda a sociedade.

DENUNCIE ESSE CRIME!

**DISQUE DENÚNCIA
24 HORAS** **2253-1177**

O discurso contido no panfleto abre uma chave para pensarmos o desenvolvimento da noção de propriedade imaterial. A expressão “O crime do Século XXI” pode nos servir de base para imaginarmos uma série de situações que estão em jogo nessa “boa imagem” escolhida por alguns para a Cidade.

O comando da operação estava nas mãos da DRCPIM (órgão da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, criado para repressão dos crimes contra a propriedade imaterial). Em conjunto com esse órgão policial, atuaram: fiscais da Receita Federal e entidades não estatais de combate à pirataria. Além disso, estavam presentes representantes de grandes empresas, supostamente afetadas pelas práticas classificadas como ilegais.

Não por acaso, empreguei o termo “supostamente”, uma vez que não se sabe, ao certo, até que ponto os mercados informais são uma vitrine vantajosa de divulgação das marcas comerciais mundo afora. A “tolerância” de determinadas práticas passa por essa questão. Um *ilegalismo* pode ser pensado como um bom ponto de conciliação de interesses, neste caso particular.

Segundo informações, obtidas em conversas com pessoas ali presentes, havia no local, ao menos, um representante da marca Adidas, um da marca Nike, um da marca Penalty e um da marca Olimpikus - grandes empresas que atuam no ramo esportivo e que, atualmente, se julgam vítimas da pirataria.

Coincidentemente, essas marcas são *alavancas de e se alavancam comercialmente em* “grandes eventos esportivos” que percorrem o mundo. A presença desses representantes me impôs um pensamento, menos pela sua importância comercial e mais pelo que assisti no Camelódromo naquela circunstância crítica.

Os responsáveis pelas empresas citadas tiveram o direito de acompanhar a operação por dentro do cordão de isolamento assegurado pela Polícia Civil em companhia de todas as autoridades. No entanto, os não menos interessados que atuam ali como comerciantes, vendedores, funcionários do mercado etc. não tinham essa autorização para ingressar naquele território interdito, salvo a situação excepcional dos poucos boxes (cerca de dez) que funcionaram durante as operações, cuja descrição será tratada adiante.

Por outro lado, tinham trânsito livre algumas poucas pessoas que eram identificadas como lideranças políticas do Camelódromo. Esporadicamente, estas pessoas autorizadas, vinham ao encontro dos que estavam do lado de fora para produzirem alguns informes.

A faixa que sinalizava a interdição abrangia todo o mercado e parte das calçadas que o circundavam. Muitos desses interessados diretos (vendedores, funcionários, comerciantes, empresários etc.) que não podiam avançar, se aglomeravam em torno do cordão de isolamento, assistindo a toda movimentação interna. A circulação de pessoas credenciadas no interior do mercado era intensa.



Vendedores, funcionários, comerciantes etc.

aglomerados do lado de fora.

Foto: Carolina Lauriano

No semblante desses “excluídos”, que se situavam do lado de fora do cordão de isolamento, parecia haver um misto de sentimentos: insatisfação, medo, revolta e incerteza. O único momento em que se autorizava o trânsito interno dessas pessoas ocorria quando alguma autoridade fazia um chamado em voz alta.

De tempos em tempos, um sujeito, trajando terno negro, surgia do interior do mercado gritando em voz alta: “o número ‘tal’ está aí? O box ‘tal’ está aí com a chave?” Feita a chamada, esperava-se alguns segundos.

Caso o responsável pelo boxe (que poderia ser o dono ou algum funcionário) não aparecesse, o autor da pergunta virava-se para o interior do mercado, fazendo um sinal de positivo para algumas pessoas que estavam no seu interior, falando em voz alta: “vamos arrombar!”.



Chaveiro contratado trabalhando no arrombamento

Foto: Carolina Lauriano



Agentes da polícia arrombando um boxe

Foto: Wania Corredo

Diante da ordem dada, os que estavam do lado de fora da área interditada se olhavam, muitos coçavam a cabeça e alguns transmitiam mensagens através de rádio (Nextel), informando: “vão abrir o fulano!”.

O silêncio prevalecia do lado de fora entre os interessados que se punham ao redor da faixa de interdição. Os poucos comentários eram feitos na “boca miúda”. Tudo ganhava a dimensão de segredo. Perguntei para várias pessoas o que estava acontecendo ali, no intuito de criar uma interlocução mais direta e explícita.

Ocorre que o clima tenso fazia com que os interrogados, invariavelmente, me fitassem dos pés à cabeça, respondendo quase que monossilábicos: “é fiscalização!”. Emitida a curta resposta, se viravam, dando a entender, com sinais corporais, que não queriam dialogar com estranhos.

Ao tomar ciência da operação “Ilegal Nunca Mais”, pude verificar melhor um dos motivos daquele silêncio unânime. Muitos policiais foram infiltrados no Camelódromo da Uruguaiana meses antes para levantarem informações que possibilitassem a ação que ali se materializava.

Além dos policiais, especula-se que olheiros de entidades de combate à pirataria e de grandes empresas cujas marcas são “pirateadas” estariam por perto. A cautela era a ordem do dia na cabeça dos que ali se espalhavam pelo lado de fora. Isso parecia justificar bastante aquele silêncio e o tom de segredo.

A impressão que tive é que o zelo pela “não-informação” funcionava como uma estratégia natural de defesa contra o que ali se consolidava. Em alguns momentos, eu os via apontando para determinados policiais e comentando - em voz baixa - que se tratava de “um deles”, numa referência aos agentes infiltrados. Em uma das ocasiões de raro diálogo, um vendedor me disse ter atendido, nos últimos meses, como cliente, um policial que, naquela hora, participava da “batida”.

De um modo geral, os poucos interlocutores que arriscavam um pequeno palpite, falavam muito abstratamente da questão. Foi o caso de um vendedor ambulante de bebidas que percorria os arredores do complexo. Após a compra de uma garrafa d’água, consegui conversar um pouco com ele. O vendedor disse que a polícia estava ali para “pegar tudo”. Segundo este informante, as autoridades estavam “fazendo a limpa”. Indaguei-o sobre a possibilidade de fechamento definitivo do Mercado. O vendedor comentou que isso era impossível de saber. Falou que a promessa da polícia era a de “limpa” durante três dias.

Nos primeiros dias de operação, não percebi a circulação de nenhum outro segmento da polícia no local. Não havia, por ali, guardas municipais, nem policiais militares. Somente circulavam os policiais civis. No penúltimo dia de operação começaram a surgir, nos momentos em que pude observar, a presença de agentes da Guarda Municipal e alguns PMs que rondavam de carro e de moto os arredores do Mercado.

Perguntei para os agentes da Guarda Municipal, no último dia da operação, se eles podiam me dizer melhor o que estava acontecendo ali e, num gesto que me pareceu um tanto quanto irônico, um dos Guardas pediu que eu me reportasse à polícia, apontando para o interior do Camelódromo e indicando a presença dos policiais civis no local. “Pergunta lá prá polícia?”

Outro fato que chamou atenção era que nem todos os boxes estavam fechados no momento das ações. Dos 1608, alguns poucos (cerca de dez boxes) estavam em funcionamento. O curioso era que desses poucos boxes em funcionamento, nenhum se situava nos pátios internos do Mercado. Tratavam-se de boxes localizados em pontos externos, na fronteira com as calçadas que contornam o complexo.



Imagem de um *box* aberto, apesar do cordão de isolamento.

Foto: Carlos Pereira de Carvalho

Obviamente, não faria sentido, mesmo que autorizados, a abertura de algum boxe situado no interior, tendo em vista a proibição de circulação interna de qualquer descredenciado enquanto durasse a operação. A maioria dos poucos boxes em funcionamento comercializava alimentos e bebidas. Um deles comercializava produtos religiosos. Outros mais comercializavam ferragens e ferramentas.

Não consegui saber, ao certo, os porquês dessas exceções. O fato é que as vendas eram dificultadas pelas circunstâncias, pois os clientes não podiam ultrapassar o cordão que isolava a área. Os vendedores destes poucos boxes que funcionaram vinham ao encontro dos clientes, trazendo os produtos e anotando os pedidos.

6. Dificuldades

Nos dias em que estive lá, carreguei uma câmera fotográfica em minha mochila. Porém, em momento algum, me senti à vontade para usá-la. O clima tenso parecia recomendar um pouco de discrição de minha parte. Eu estava ali e não conhecia qualquer pessoa que pudesse me apresentar como alguém que não estava a serviço “do outro lado”.

Pensei, por vários momentos, em sacar da máquina para produzir algumas imagens. Porém, pude presenciar a contundente reação das pessoas a repórteres que cobriam a detenção pela polícia de dois homens que estavam no interior do mercado. Algemados, foram trazidos do interior do complexo e postos

sentados no chão entre dois policiais armados de metralhadora. Uma repórter sinalizou para os cinegrafistas que estavam longe da cena, pedindo que viessem com urgência. Os dois cinegrafistas correram e apontaram suas câmeras para os homens detidos. Nesse momento, o silêncio que prevalecia do lado de fora foi temporariamente quebrado por comentários que se traduziam em reprimendas à atitude da repórter e dos cinegrafistas.

Lembro-me de ter ouvido a seguinte frase. “Isso escraaaaaacha [4]! Não pode... não tá certo!” Não tive a iniciativa de perguntar sobre o significado do comentário, mas um pensamento me veio à mente. Por que há uma resistência em relação aos registros de imagens naquele local? Penso que essa expressão é semelhante a categoria do “esculacho [5]”, identificada pelo antropólogo Lênin Pires (2005).

Eu pensara algumas vezes em mexer na mochila para preparar minha câmera, mas não me senti à vontade para isso em momento algum. Principalmente após deparar-me com esta cena. Só consegui mesmo seguir fazendo algumas perguntas [6].

Não tirei nenhuma foto. A imagem criada em relação aos mercados populares, sobretudo, na nova conjuntura que atravessava a Cidade, responderia, em parte, a pergunta acerca dessa resistência.

A visibilidade que esses mercados vinham ganhando atentava contra a “boa imagem” querida para a Cidade. Como citado, a imagem oficial e midiática construída desses mercados populares passaram a ser negativa. Eles eram apresentados, na ocasião, como redutos de crimes e criminosos. O estigma lançado sobre estes espaços influenciava, com muita intensidade, a conduta reativa dos seus atores quando ali estive presente indagando-os.



Policiais civis fortemente armados em ação (operação “illegal Nunca Mais”)

Foto: Agência O Globo

7. O último dia

No dia 31/01/2011, último dia das ações ostensivas, assisti à liberação do Mercado. Por volta das 16h30min, as últimas sacolas com material apreendido foram sendo retiradas e levadas aos caminhões. Ato contínuo, as quatro quadras (A, B, C e D) que compõem o complexo foram, gradualmente, sendo abertas para o trânsito dos que se aglomeravam em torno do cordão de isolamento.

Os boxes permaneciam fechados e, no cortar das fitas de isolamento, os interessados (proprietários de boxes, vendedores, funcionários do mercado etc.) iam, em fila, adentrando os corredores. No momento de reabertura da quadra C, acompanhei a pequena multidão que se dirigia para o interior do espaço. Percebi que o primeiro objetivo dos interessados era matar a curiosidade do que havia sido feito pelas autoridades durante a última semana em seus boxes.

Muitos reclamavam das trancas quebradas pelas autoridades que serviam de fecho para as portas dos boxes. Estes iam sendo abertos e as reações eram variáveis, segundo o que era constatado. Algumas pessoas, ao abrirem o seu boxe, percebiam que não havia nada. A expressão era de lamento e tristeza: “Levaram tudo!”.

Outras demonstravam certo contentamento ao perceberem que, em seus boxes, havia sido deixada alguma mercadoria. Muitos agradeciam a Deus pelos materiais estarem intactos (além das mercadorias, incluem-se cadernos de controle, calculadora, computadores e objetos pessoais).

Passados alguns minutos, muitas rodinhas de discussão foram se formando no interior da quadra. A maioria esmagadora das pessoas ali presentes, num ar de cautela, falavam em voz baixa. Ao perceberem minha aproximação, comentavam aos outros colegas para terem cuidado, uma vez que poderia haver “gente deles por ali”, numa referência aos policiais e olheiros já citados anteriormente.

Perguntei a algumas pessoas qual seria o dia de reabertura do Mercado, como quem demonstra interesse em comprar produtos [7], ao contrário de investigar. As respostas sempre eram duvidosas. Ninguém sabia se haveria possibilidade de reabertura no dia seguinte à liberação, pois, até então, as declarações dadas pelas autoridades eram as de que haveria um rígido controle na reabertura.

Aqueles que tiveram problemas com a fiscalização poderiam ter uma ordem de suspensão de suas atividades. Ademais, muitos ali, na abertura dos boxes, não encontraram qualquer mercadoria que pudessem vender.

Cumprе ressaltar que nem todas as mercadorias apreendidas eram consideradas piratas pelas autoridades. Na operação, foram também recolhidos produtos classificados como “legítimos”, cujas notas fiscais não foram apresentadas em tempo hábil.

Esse fato fez com que muitos comerciantes pressionassem as lideranças políticas internas que estavam ali. Muitas perguntas eram feitas pelos comerciantes, no sentido de saberem o paradeiro de suas mercadorias. Queriam saber quais medidas seriam adotadas para a tentativa de reaverem seus produtos. As respostas eram evasivas e sem qualquer conteúdo que indicasse certeza de alguma coisa.

8. O dia seguinte à liberação do Mercado

No dia seguinte à liberação da interdição, o Mercado reabriu. Nem todos os boxes estavam a postos. Apesar de divulgado na imprensa que metade dos boxes estava fechada, eu, pessoalmente, não tive essa impressão. Imagino que os boxes fechados chegavam, no máximo, a um terço da totalidade. Dois terços do mercado pareciam funcionar a todo vapor. Muitos transeuntes circulavam no local e, aos poucos, o Mercado foi recobrando sua paisagem habitual.

Policiais civis permaneciam no local, monitorando o ambiente. Todos os boxes tiveram autorização para o regular funcionamento. A guarda municipal voltou a circular normalmente pelos arredores.

9. Os dias que sucederam a operação

Nos dias que sucederam a operação, fui, sem muita regularidade, ao Camelódromo. No dia 10/02/2011 andei pelo complexo e tudo parecia ter voltado à “normalidade”, no que tange à movimentação de transeuntes. Todos os boxes estavam abertos e muita gente transitava no espaço. Produtos até então classificados como “piratas” não eram comercializados, ao menos, aparentemente. De lá prá cá, algumas outras operações policiais menos contundentes foram deflagradas no MPU, todas – entretanto – divulgadas pela imprensa associando a negativa imagem daquele Mercado com o esforço das autoridades em construir algo mais “limpo” para o Rio de Janeiro em seu atual contexto de sede dos “grandes eventos esportivos” que estão por vir.


10. Considerações finais

No decorrer das operações, constatei que a imprensa quase que unanimemente amplificou o discurso governamental corrente. Das quarenta e seis matérias jornalísticas a que tive acesso, no momento da operação e nos dias que a sucederam, quarenta e cinco não apresentaram uma linha que pudesse representar a opinião daqueles interessados que estavam do lado de fora do cordão de isolamento.

Apenas uma reportagem publicada, em 26/01/2011, no G1, Portal de Notícias das Organizações Globo, fez referência ao comentário de um comerciante que não quis se identificar. A matéria trazia alguns dados da operação e, num brevíssimo espaço, fez menção a apenas uma linha do que disse o comerciante: “A maioria aqui é pai de família, cheio de conta para pagar”.

A mesma matéria também foi a única a dar voz a alguns frequentadores do mercado que reclamavam dos preços dos produtos denominados originais vendidos pelo comércio formal. Excluindo essa matéria, todas as outras publicadas nos diversos órgãos da imprensa fizeram alusão positiva às ações policiais, ressaltando a sua importância, no que diz respeito ao combate ao crime organizado.

Por outro lado, fora aberto - às autoridades - espaço irrestrito para declararem sua impressão e divulgarem os resultados que todo aquele “espetáculo” traria para a Cidade. A citada produção da “boa

imagem” pareceu servir de justificativa para a contundente intervenção ora narrada. Minha dúvida reside no verdadeiro legado que estes grandes eventos deixarão para a Cidade. Será que haverá bem-estar para todos? O tratamento dado pelas autoridades àquele espaço não apontou para isso. 

NOTAS

* Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ – IFCS.

[1] Categoria utilizada pelos comerciantes e administradores do Mercado.

[2] Allan Turnowski deixou o mencionado cargo no dia 15/02/2011 (quinze dias após as ações ostensivas da operação “Illegal Nunca Mais”), quando o delegado Carlos Oliveira (ex-subchefe operacional da Polícia Civil), considerado seu braço direito, foi preso na chamada “Operação Guilhotina”, acusado de envolvimento com o “crime organizado”. Essa operação investigou a própria polícia do Rio de Janeiro e redundou em trinta prisões. Em 17/02/2011, boa parte da imprensa carioca publicou notícias sobre as suspeitas que recaíam sobre Turnowski. Na reportagem publicada no Extra Online intitulada Testemunha acusa Allan Turnowski de receber propina para proteger milícia e não reprimir pirataria em camelódromo o conteúdo apontou para o seu suposto envolvimento com esquemas de proteção do “comércio pirata” no Camelódromo da Uruguaiana. Ao que parece, testemunhas informaram que ele teria recebido até R\$ 100 mil para não incomodar o Mercado. Verdade ou mentira, a questão nos remete à dimensão do popular “arrego” – termo coloquial que indica os acordos feitos entre as instituições de repressão contra crimes e os grupos classificados como desviantes.

[3] O seguinte trecho extraído do livro “Vigiar e Punir” de Michel Foucault ilustra o conceito de “ilegalismo”, como algo que permeia o legal e o ilegal: “Não podemos ver aí mais que uma contradição, uma conseqüência? Deveríamos então supor que a prisão e, de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto a tornar dóceis os que estão prontos para transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente as ilegalidades; ela as ‘diferenciaria’, faria sua ‘economia’ geral.”. (FOUCAULT, 1997:226).

[4] Escracha é um termo utilizado por um apresentador de um programa policial televisivo que ia ao ar em quase todos os dias da semana, no final da tarde, no Rio de Janeiro. Esse termo era utilizado quando o apresentador expunha o “criminoso” no ar, congratulando as ações da polícia em relação a sua captura. É, para muitos, uma situação vexatória em que o exposto é prejudicado como um “fora-da-lei”, sem qualquer possibilidade de defesa.

[5] Observemos a seguir uma passagem extraída do trabalho intitulado “Esculhamba, mas não esculacha” (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre no ano de 2005) do antropólogo Lenin Pires, clareando o que foi por mim sugerido: “Como se vê, a prática do esculacho era antiga e, em certa medida, parecia mesmo ter sido inspirada nas práticas contumazes dos agentes estatais de segurança. Inajá, um jovem camelô com pouco mais de vinte anos, mas já considerado cascudo na época de minhas inserções no trem, explicou de forma concisa seu conceito para esculacho: ‘Esculacho é humilhação. Não é tirar a mercadoria, pois isso a gente já tá acostumado. Mas tirar o que é nosso e ainda dar um tapa na cara de um homem, isso sim é esculacho. É coisa que não se esquece e que a gente depois tem que correr atrás para não perder o respeito’. (PIRES, 2005:136)

[6] Lídia Canellas em sua pesquisa de campo realizada no Camelódromo da Uruguaiana, cujo produto foi sua dissertação de Mestrado defendida no ano de 2010, narra uma passagem em que parece ter tido alguma dificuldade pelo fato de estar portando uma câmera fotográfica que, eventualmente, utilizava para registrar o que via no interior do Mercado: “Passamos uma manhã percorrendo aqueles corredores e nos

tornamos alvo da cara feia de muitos comerciantes. O motivo do receio desses comerciantes era o instrumento que eu utilizava para fazer meu trabalho, uma simples câmera fotográfica. Embora todas as fotografias tenham sido tiradas com a autorização dos proprietários das barracas, que em pesquisa posterior descobri se chamarem “boxes”, houve um grande incômodo dos comerciantes que não sabiam do meu propósito. Alguns se posicionavam ao nosso lado com os braços cruzados, como se estivessem indagando algo sem precisar mencionar uma só palavra. Enquanto as caras feias nos seguiam, meu amigo, bastante tenso com a situação repetia sem descanso: ‘*se a gente não sair daqui agora... vamos embora!*’” (CANELLAS, 2010:12)

[7] Cumpre esclarecer que não me senti seguro o suficiente para revelar a minha condição de “estudante-pesquisador”. O clima era bastante tenso no local e minha insegurança – muito em face da invariável incipiência de um graduando – afloraram em mim.

REFERÊNCIAS

CANELLAS, Lúcia. ***Camelô no Camelódromo não fica na pista: uma etnografia acerca da construção e desconstrução de regras no Mercado Popular da Uruguaiana*** – RJ. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2001.

FOUCAULT, Michel (2004). **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.

PIRES, Lenin. Camelódromo e outros mercados tolerados no Rio de Janeiro. *Jornal O GLOBO*. No prelo.

_____. *Esculhamba, mas não esculacha! Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social*. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2005.

MONKEN, Mário. Polícia vai montar base fixa de fiscalização no Camelódromo da Uruguaiana. Investigações apontam que já são vendidos produtos com marca da Olimpíada. *R7 Notícias*, Rio de Janeiro, 26. jan. 2011.

RABOSSI, Fernando. Preços, clientes e negociações nas ruas de Ciudad del Este, Paraguai. In: SEMINÁRIO MERCADOS, FEIRAS, E SOCIABILIDADES CONTEMPORÂNEAS, 2009, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2009.

RAMALHO, Sérgio. Testemunha acusa Allan Turnowski de receber propina para proteger milícia e não reprimir pirataria em camelódromo. *Extra Online*, Rio de Janeiro, 17. fev. 2011.

VICTOR, Dório. Prefeitura quer vender Camelódromo e outros terrenos do metrô. Projeto depende de autorização da Câmara de Vereadores. Objetivo é ter mais dinheiro para construir ligação com a Barra. *G1 Notícias*. Rio de Janeiro, 12. fev. 2009.

Recebido em 29 de junho de 2013

Aprovado em 6 de dezembro de 2013